

**OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE
ENERGIA S.A.**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020**

OURILÂNDIA DO NORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Balanços patrimoniais

Demonstração dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias

Termo de responsabilidade da Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a **Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.** a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4 às demonstrações contábeis regulatórias, em decorrência de adequação da prática contábil, as demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2019 e em 1º de janeiro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentados como previsto na CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A **Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.** preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre as quais, emitimos relatório de auditoria independente separado, datado de 20 de abril de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

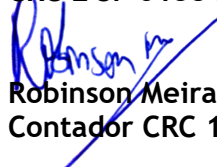
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

31 de dezembro de 2020.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Balanços patrimoniais regulatórios | Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e em 1º de janeiro de 2019

Valores expressos em reais (R\$)



	Nota	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado	01/01/2019 Reapresentado
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.367.697	3.651.492	1.897.135
Contas a receber	6	81.029	47.490	74.924
Impostos recuperar	7	375.164	375.892	406.800
Despesas antecipadas		16.223	23.641	23.736
Outros ativos circulantes	8	27.461	532.296	4.609.573
		4.867.574	4.630.811	7.012.168
Ativo não circulante				
Outros ativos não circulantes	8	2.095.237	754.193	56.240
Imobilizado	9	36.957.683	38.391.938	38.464.578
Intangível		33.776	46.184	58.591
		39.086.696	39.192.315	38.579.409
Total do ativo		43.954.270	43.823.126	45.591.577
Passivo e patrimônio líquido				
Passivo circulante				
Empréstimos	10	458.823	420.588	-
Debêntures	11	1.622.000	1.622.000	-
Fornecedores	12	560.519	969.445	3.051.505
Obrigações sociais e trabalhistas		51.648	29.179	26.581
Obrigações tributárias	13	1.182.150	1.436.806	845.450
Parcelamento tributário	14	91.066	94.403	-
Dividendos a pagar		642.191	-	-
Encargos Setoriais		112.057	64.255	482.933
		4.720.454	4.636.676	4.406.469
Não circulante				
Empréstimos	10	764.706	879.412	33.988.902
Debêntures	11	28.590.770	28.920.107	-
Parcelamento tributário	14	136.795	227.860	-
		29.492.271	30.027.379	33.988.902
Patrimônio líquido				
Capital social	15.1	6.000.001	6.000.001	6.000.001
Reserva legal	15.2	379.587	1.343.952	-
Reserva de lucros retidos		-	-	1.196.205
Reserva de incentivo fiscal	15.2	3.361.957	1.815.118	-
		9.741.545	9.159.071	7.196.206
Total do passivo e patrimônio líquido		43.954.270	43.823.126	45.591.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstração dos resultados regulatórios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



	Nota	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Receita/Ingresso			
Disponibilização do sistema de transmissão		11.670.963	14.743.844
Tributos			
PIS - PASEP		(192.571)	(243.118)
Cofins		(886.993)	(1.119.793)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(100.537)	(143.742)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(213.182)	(1.815.030)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSE		(64.525)	(33.592)
PROINFA		(159.458)	(2.767.295)
Receita líquida		10.053.697	8.621.274
Custos gerenciáveis - "Parcela B"			
Pessoal e administradores		(260.949)	(368.215)
Material		(24.003)	(70.788)
Serviços de terceiros		(2.133.611)	(2.192.472)
Seguros		(65.022)	(91.563)
Tributos		(26.912)	(66.600)
Gastos diversos		(359.911)	(20.944)
Doações, contribuições e subvenções		(16.909)	(20.830)
Arrendamento e aluguéis		(24.100)	(93.286)
Depreciação		(1.455.057)	(1.339.430)
Resultado por atividade		5.687.223	4.357.146
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	97.389	78.574
Despesas financeiras	16	(3.257.418)	(1.020.560)
		(3.160.029)	(941.986)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		2.527.194	3.415.160
IRPJ e CSLL corrente	17	(1.302.529)	(1.452.295)
Lucro líquido do exercício		1.224.665	1.962.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes regulatórios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	1.224.665	1.962.865
Resultado abrangente	1.224.665	1.962.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido regulatório

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)

	Reserva de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Reserva de incentivo fiscal		
Em 31 de dezembro de 2018	6.000.001	-	-	-	(27.264.564)	(21.264.563)
Ajustes referente adequação dos saldos	-	1.193.737	2.468	-	27.264.564	28.460.769
Em 1º de janeiro de 2019 (reapresentado)	6.000.001	1.193.737	2.468	-	-	7.196.206
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.962.865	1.962.865
Destinações:						
Reserva legal		318.895	-		(318.895)	-
Incentivo Fiscal - Subvenção SUDAM	-	-	-	1.815.118	(1.815.118)	-
Absorção do prejuízo	-	(168.680)	(2.468)		171.148	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	6.000.001	1.343.952	-	1.815.118	-	9.159.071
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.224.665	1.224.665
Destinações:						
Reserva legal	-	216.611	-	-	(216.611)	-
Incentivo fiscal - Subvenção SUDAM	-	-	-	1.546.839	(1.546.839)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(642.191)	(642.191)
Absorção do prejuízo	-	(1.180.976)		-	1.180.976	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.000.001	379.587	-	3.361.957	-	9.741.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.224.665	1.962.865
Juros sobre empréstimos	71.628	448.217
Juros e correção debêntures	3.115.055	-
Amortização	12.407	12.407
Depreciação/Amortização	1.442.649	1.330.572
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	(33.539)	27.434
Impostos a recuperar	728	30.908
Despesas antecipada	7.418	95
Outros ativos	(836.209)	3.379.324
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(408.926)	(2.082.060)
Obrigações sociais e trabalhistas	22.469	2.598
Obrigações tributárias	1.056.677	1.184.879
Encargos setoriais	47.802	(418.678)
Caixa gerado das atividades operacionais	5.722.824	5.878.561
Pagamento IRPJ e CSLL	(1.405.735)	(271.260)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	4.317.089	5.607.301
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(8.393)	(1.257.932)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(8.393)	(1.257.932)
Atividades de financiamentos		
Captação (amortização) de empréstimos	(148.099)	(2.437.209)
Captação (amortização) de debêntures	(3.444.392)	30.542.107
Pagamento de mútuo (partes relacionadas)	-	(30.699.910)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(3.592.491)	(2.595.012)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	716.205	1.754.357
Caixa e equivalentes no início do exercício	3.651.492	1.897.135
Caixa e equivalentes no fim do exercício	4.367.697	3.651.492
	716.205	1.754.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. Contexto operacional

A Ourilândia do Norte transmissora de Energia S.A. (“ONTE” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 25 de julho de 2016 e está estabelecida na Rua Groenlândia nº 112 sala 1-4, Jardim América, São Paulo -SP. O objeto social consiste na prestação de serviço público de transmissão de energia, incluindo a construção, montagem, a operação e a manutenção da instalação. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia possui direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. O benefício possui algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

1.1. Da concessão

Em 5 de outubro de 2016, a Ourilândia do Norte Transmissora Energia S.A. assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o contrato de concessão nº 021/2016 – ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos.

Caracterizada no anexo 6W do Edital do Leilão nº 13/2015 – ANEEL, descrita a seguir: Instalações de transmissão no estado do Pará, composta pela subestação Onça Puma, em 230/138 kV, 2x100 MVA; conexões de unidades trifásicas de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A subestação Onça Puma em 230/138 kV entrou em operação no dia 21 de junho de 2018.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, e foi determinada em R\$ 8.760.000, valor histórico. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão, contados a partir da data do leilão.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante de indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (“DCR”) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador descritos no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – versão 2015 e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções

Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi autorizado pela administração em 20 de abril de 2021.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos regulatórios:

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço:

Registrado ao custo de aquisição ou construção em 31 de dezembro de 2018. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso:

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

- (a) Período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;
- (b) Utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;
- (c) O montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e
- (d) Os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros

Intangível:

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão:

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reconhecimento de receita:

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Reapresentação dos valores correspondentes

A Companhia manteve indevidamente o IR e CS diferido sobre diferenças temporárias proveniente das demonstrações contábeis, seguindo a regulamentação societária, bem como, não correspondeu as constituições de reservas de lucros das demonstrações contábeis societárias em relação as regulatórias, em 31 de dezembro de 2020, 2019 e em 1º de janeiro de 2019. Com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a Companhia procedeu a reapresentação dos valores correspondentes de 31 de dezembro de 2019 e saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, com os ajustes conforme demonstrado a seguir:

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

| Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



Balancos patrimoniais	31/12/2019			01/01/2019		
	Divulgado	Impactos	Reapresentado	Divulgado	Impactos	Reapresentado
Ativo						
Ativo circulante						
Outros ativos circulantes não afetados	4.630.811	-	4.630.811	7.012.168	-	7.012.168
	4.630.811	-	4.630.811	7.012.168	-	7.012.168
Ativo não circulante						
Outros ativos não circulantes não afetados	39.192.315	-	39.192.315	38.579.409	-	38.579.409
	39.192.315	-	39.192.315	38.579.409	-	38.579.409
Total do ativo	43.823.126	-	43.823.126	45.591.577	-	45.591.577
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante						
Outros passivos circulantes não afetados	4.636.676	-	4.636.676	4.406.469	-	4.406.469
	4.636.676	-	4.636.676	4.406.469	-	4.406.469
Não circulante						
Outros passivos não circulantes não afetados	30.027.379	-	30.027.379	33.988.902	-	33.988.902
Tributos diferidos	27.451.049	(27.451.049)	-	28.460.769	(28.460.769)	-
	57.478.428	(27.451.049)	30.027.379	62.449.671	(28.460.769)	33.988.902
Patrimônio líquido						
Capital social	6.000.001	-	6.000.001	6.000.001	-	6.000.001
Reserva legal	-	1.343.952	1.343.952	-	-	-
Reserva de lucros retidos	-	-	-	-	1.196.205	1.196.205
Reserva de incentivo fiscal	1.815.118	-	1.815.118	-	-	-
Prejuízos acumulados	(26.107.097)	26.107.097	-	(27.264.564)	27.264.564	-
	(18.291.978)	27.451.049	9.159.071	(21.264.563)	28.460.769	7.196.206
Total do passivo e patrimônio líquido	43.823.126	-	43.823.126	45.591.577	-	45.591.577

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

| Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2019		
	Divulgado	Impactos	Reapresentado
Resultado do exercício			
Receita líquida	8.621.274	-	8.621.274
Custos gerenciáveis - "Parcela B"			
Custos gerenciáveis - "Parcela B"	(4.264.128)	-	(4.264.128)
Resultado por atividade	4.357.146	-	4.357.146
Resultado financeiro			
Resultado financeiro	(941.986)	-	(941.986)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	3.415.160	-	3.415.160
IRPJ e CSLL corrente	(3.267.413)	1.815.118	(1.452.295)
IRPJ e CSLL diferido	1.009.720	(1.009.720)	-
Prejuízo (lucro líquido) do exercício	1.157.467	805.398	1.962.865
	31/12/2019		
	Divulgado	Impactos	Reapresentado
Resultado abrangente			
Prejuízo (lucro líquido) do exercício	1.157.467	805.398	1.962.865
Resultado abrangente	1.157.467	805.398	1.962.865
	31/12/2019		
	Divulgado	Impactos	Reapresentado
Fluxo de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo (lucro líquido) do exercício	3.415.160	(1.452.295)	1.962.865
Obrigações tributárias	(96.103)	1.280.982	1.184.879
Outros itens não afetados	2.730.817	-	2.730.817
Caixa gerado nas atividades operacionais	6.049.874	(171.313)	5.878.561
Pagamento IRPJ e CSLL	-	(271.260)	(271.260)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	6.049.874	(442.573)	5.607.301
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(1.700.505)	442.573	(1.257.932)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.700.505)	442.573	(1.257.932)
Atividades de financiamentos			
Captação (amortização) de empréstimos	1.300.000	(3.737.209)	(2.437.209)
Captação (amortização) de debêntures	30.093.890	448.217	30.542.107
Pagamento de mútuo (partes relacionadas)	(33.988.902)	3.288.992	(30.699.910)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(2.595.012)	-	(2.595.012)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.754.357	-	1.754.357

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos - conta movimento	1.383.307	895.352
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.984.390	2.756.140
	4.367.697	3.651.492

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos aplicados em operações com liquidez imediata, são remunerados com taxas variáveis atreladas a variação do CDI, remuneradas em média 100% do CDI.

6. Contas a receber

	31/12/2020	31/12/2019
Concessionárias e permissionárias	81.029	47.490
	81.029	47.490

Refere-se à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação do ONS – Operador Nacional do Sistema.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	57.407	39.372
Vencido de 1 a 90 dias	17.454	2.424
Vencido de 91 a 180 dias	538	3.990
Vencido a mais de 181 dias	5.630	1.704
	81.029	47.490

A administração entende que não há risco de perda estimada para os títulos em aberto.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
ICMS a recuperar	308.653	308.653
Imposto de renda retido na fonte	3.776	1.981
ISS a recuperar	15.600	15.600
IR e CSLL clientes	2.447	18.412
PIS e COFINS clientes	860	937
Imposto de renda	274	274
Imposto de renda - saldo negativo	42.344	28.825
CSLL retido na fonte	1.210	1.210
	375.164	375.892

8. Outros Ativos

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento a fornecedores	26.102	241.872
Créditos de terceiros	1.359	4.503
Outros adiantamentos	-	205.686
Adiantamento Proinfa (a)	-	80.235
Total outros ativos circulantes	27.461	532.296
Ordem de dispêndios a reembolsar (b)	2.038.997	697.953
Outros	56.240	56.240
Total outros ativos não circulantes	2.095.237	754.193

- (a) Criado pela Lei nº 10.438/2002, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão ou distribuição. O valor de R\$ 1.112.773 foi recebido no exercício de 2018 do cliente Vale SA e repassado ainda em 2018 para o fornecedor Centrais Elétrica Brasileira SA, tratado como adiantamento. A nota fiscal de cobrança do encargo emitido pelo fornecedor Centrais Elétrica Brasileira SA foi emitida em 2019, momento em que o valor foi apropriado ao resultado na conta de outros encargos – PROINFA.
- (b) Ordem de dispêndios a reembolsar compreende o processo de registro, acompanhamento e controle de valores, utilizado para acumular os desembolsos que não representam despesas da companhia, e que serão objeto de reembolso sobre o estudo dos projetos de Fortaleza e Porto Alegre, a partir de 2021.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

| Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



9. Imobilizado

9.1. Composição:

	31/12/2020			31/12/2019
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Transmissão				
Máquinas e equipamentos	30.240.995	(2.409.447)	27.831.548	28.852.433
Edificações e benfeitorias	9.919.488	(801.420)	9.118.068	9.539.505
Administração				
Equipamentos de informática	9.214	(1.147)	8.067	-
	40.169.697	(3.212.014)	36.957.683	38.391.938

9.2. Movimentação:

	Adições /				31/12/2020
	31/12/2019	Baixas	Transf.	Deprec.	
Ativo imobilizado em curso					
Transmissão					
Máquinas e equipamentos	27.702.185	(820)	1.272.175	(1.141.992)	27.831.548
Edificações e benfeitorias	10.689.753	-	(1.272.175)	(299.510)	9.118.068
Administração					
Equipamentos de informática	-	9.214	-	(1.147)	8.067
	38.391.938	8.394	-	(1.442.649)	36.957.683

10. Empréstimos

	Vencido final	Juros	31/12/2020	31/12/2019
Capital de giro - Pré	nov/22	(a)	1.223.529	1.300.000
			1.223.529	1.300.000
		Circulante	458.823	420.588
		Não circulante	764.706	879.412
			1.223.529	1.300.000

- (a) Os juros são calculados conforme a “taxa de juros dos fundos constitucionais”, divulgado pelo Bacen, e pelo componente pré-fixado da TFC de 0,017449, para pagamentos realizado até o vencimento ou de 0,020528 para pagamentos realizados após o prazo de vencimento.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

| Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



11. Debêntures

	Vencto. final	Juros	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures	nov/39	6,15% a.a. + IPCA	30.212.770	30.542.107
			30.212.770	30.542.107
		Circulante	1.622.000	1.622.000
		Não circulante	28.590.770	28.920.107
			30.212.770	30.542.107

Em 15 de novembro de 2019, foram emitidas 30.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), com vencimento de 20 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2039.

Abaixo são apresentadas as análises dos vencimentos das debêntures:

	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	1.622.000
2021	1.622.000	1.708.680
2022	1.707.972	1.725.081
2023	1.790.979	1.808.919
2024	1.886.353	1.905.249
2025	1.997.120	2.017.125
Após 2026	21.208.346	19.755.053
	30.212.770	30.542.107

Cláusulas contratuais

Todas as exigências e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de debêntures estão sendo devidamente observadas pela Companhia.

12. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de materiais e serviços	560.519	969.445
	560.519	969.445

Referem-se as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até 1 ano da data de encerramento do balanço.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

| Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



13. Obrigações tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda	295.205	391.860
CSLL	659.565	789.175
PIS a recolher	15.660	14.199
COFINS a recolher	72.224	65.651
Imposto de renda retido na fonte	5.738	13.773
INSS retido de fornecedor	91.524	94.486
INSS FOPAG	2.140	-
INSS a recolher	9.986	9.484
CSLL/PIS/COFINS retido na fonte	-	34.896
ISS a recolher	30.108	23.282
	1.182.150	1.436.806

14. Parcelamento tributário

	31/12/2020	31/12/2019
Parcelamento ICMS Difal	227.861	322.263
	227.861	322.263
Circulante	91.066	94.403
Não circulante	136.795	227.860
	227.861	322.263

Parcelamento do ICMS DIFAL de 2017 e 2018 do Estado do Pará, conforme Instrução Normativa SEFA Nº 15 DE 13/09/2019. Débito de R\$ 521.484 do ICMS DIFAL de 2017 parcelado em 48 parcelas e o débito de R\$ 24.651 do ICMS DIFAL de 2018 parcelado em 24 parcelas.

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social:

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2020 é representado por 16.666 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas entre acionistas:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade de ações	% do capital social	Quantidade de ações	% do capital social
Testotrans Holding Ltda.	14.166	85%	14.166	85%
Kavom Energia Ltda.	-	-	2.500	15%
FIP Kavom (i)	2.500	15%	-	-
	16.666	100%	16.666	100%

- (i) Em 30 de setembro de 2020 foi celebrado entre a Kavom Energia S.A e Kavom Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia o termo de cessão de ações e outras avenças, com o objetivo de integralização de ações subscritas mediante a participação societária entre as partes na Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

15.2. Destinações do lucro do exercício

As destinações foram calculadas da seguinte forma:

	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	1.224.665
(-) Reserva legal (a)	(216.611)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDAM) (b)	(1.546.839)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (c)	(642.191)
(-) Absorção de prejuízos	1.180.976
	-

(a) Reserva legal

Do lucro líquido apurado do exercício, será deduzido a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excedera 20% do capital social.

A reserva legal foi constituída com base no lucro líquido societário.

(b) Reserva de incentivo fiscal – Subvenção SUDAM

Incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Estado do Pará, concedido pela SUDAM, no montante de R\$ 1.546.839 em 31 de dezembro de 2020. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente.

(c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

Conforme determinado no Estatuto Social, a Companhia, poderá, a qualquer tempo, levantar os balancetes em cumprimento aos requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Também poderá pagar aos seus acionistas, por deliberação de Assembleia Geral, juros sobre capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados sobre o lucro líquido societário ajustado.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

| Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



16. Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	81.831	30.517
Outras receitas financeiras	15.558	48.057
	97.389	78.574
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(71.628)	(246.365)
Juros sobre debêntures	(3.115.055)	(573.128)
Outras despesas financeiras	(70.735)	(201.067)
	(3.257.418)	(1.020.560)
	(3.160.029)	(941.986)

17. Crédito (despesa) de Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL corrente	(1.302.529)	(1.452.295)
	(1.302.529)	(1.452.295)

Abaixo a conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro real:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes dos impostos	2.527.194	3.415.160
Despesa de IRPJ e CSLL calculada a alíquota de 34%	(859.246)	(1.161.154)
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM (a)	1.546.839	1.815.118
Outras exclusões temporárias	(1.990.122)	(2.106.259)
Despesa de IRPJ e CSLL	(1.302.529)	(1.452.295)
Alíquota efetiva	64%	26%

- (a) A Companhia possui direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. O benefício possui algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

18. Instrumentos financeiros

Identificação dos principais instrumentos financeiros

	<u>Nível</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo financeiro			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	2	2.984.390	2.756.140
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa		1.383.307	895.352
Contas a receber		81.029	47.490
Passivo financeiro			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos		1.223.529	1.300.000
Debêntures		30.212.770	30.542.107
Fornecedores		560.519	969.445

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores justos.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC vigente:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- **Risco de crédito**

A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária.

- **Risco de preço**

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (Nota 1.2).

- **Risco de liquidez**

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

19. Passivos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos internos e análise das demandas judiciais pendentes, entende que não existem processos trabalhistas, tributários e cíveis com probabilidade de perda possível e provável.

20. COVID

A ONTE vem acompanhando os impactos do COVID-19 no cenário macroeconômico, em especial no mercado brasileiro, e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema.

Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Companhia, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração de seus ativos e passivos.

Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nessas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Ademais, a Administração considera que as ações que o Governo vem estruturando de suporte ao Setor de Energia Elétrica tem se mostrado eficientes para conter estes riscos.

De forma a garantir o fluxo normais das atividades a Companhia adotou posição prudente na gestão do caixa, mantendo a liquidez e robustez financeira usuais. A Administração também implementou medidas de precaução para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco e garantir continuidade e qualidade de suas operações, tais como: sistemas de contingência, restrições de viagens, ampliação de trabalho remoto e acompanhamento do quadro de saúde e bem-estar dos colaboradores.

21. Partes relacionadas e remuneração da Administração.

Partes relacionadas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

E durante o exercício de 2020 não houve transações com partes relacionadas.

Remuneração da administração

Os administradores são acionistas indiretos e não receberam remunerações fixas, variáveis, incluindo benefícios aos Administradores entre os anos de 2019 e 2020.

22. Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

SOMPO Seguros S.A.	
APÓLICE:	1800626523
TIPO:	Compreensivo Companhia Riscos Operacionais
MODALIDADE:	Patrimonial
VALOR SEGURADO:	R\$ 45.480.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 53.695,37
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	06/04/2020 a 06/04/2021

SOMPO Seguros S.A.	
APÓLICE:	5100001359
TIPO:	Conc. Energia
MODALIDADE:	Responsabilidade Civil Geral
VALOR SEGURADO:	R\$ 3.000.000,00
VALOR DO PRÊMIO:	R\$ 7.984,02
PERÍODO DE VIGÊNCIA:	06/04/2020 a 06/04/2021

Até a conclusão dessas demonstrações contábeis regulatórias, as apólices acima estão em fase de renovação.

23. Conciliação do Balancete Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no manual de contabilidade do setor elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

| Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



A composição das diferenças entre as demonstrações contábeis societárias para as demonstrações contábeis regulatórias, do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4.367.697	-	4.367.697	3.651.492	-	3.651.492
Contas a receber	81.029	-	81.029	47.490	-	47.490
Impostos recuperar	375.164	-	375.164	375.892	-	375.892
Despesas antecipadas	16.223	-	16.223	23.641	-	23.641
Ativo de contrato de concessão	-	(10.844.349)	10.844.349	-	(10.330.903)	10.330.903
Outros ativos circulantes	27.461	-	27.461	532.296	-	532.296
	4.867.574	(10.844.349)	15.711.923	4.630.811	(10.330.903)	14.961.714
Ativo não circulante						
Ativo de contrato de concessão	-	(124.389.936)	124.389.936	-	(120.860.615)	120.860.615
Outros ativos não circulantes	2.095.237	-	2.095.237	754.193	-	754.193
Imobilizado	36.957.683	36.949.616	8.067	38.391.938	38.391.938	-
Intangível	33.776	-	33.776	46.184	-	46.184
	39.086.696	(87.440.320)	126.527.016	39.192.315	(82.468.677)	121.660.992
Total do ativo	43.954.270	(98.284.669)	142.238.939	43.823.126	(92.799.580)	136.622.706

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

| Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2020			31/12/2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante						
Empréstimos	458.823	-	458.823	420.588	-	420.588
Debêntures	1.622.000	-	1.622.000	1.622.000	-	1.622.000
Fornecedores	560.519	-	560.519	969.445	-	969.445
Obrigações sociais e trabalhistas	51.648	1	51.647	29.179	-	29.179
Obrigações tributárias	1.182.150	-	1.182.150	1.436.806	-	1.436.806
Parcelamento tributário	91.066	-	91.066	94.403	-	94.403
Dividendos a pagar	642.191	-	642.191	-	-	-
Encargos Setoriais	112.057	-	112.057	64.255	-	64.255
	4.720.454	1	4.720.453	4.636.676	-	4.636.676
Não circulante						
Empréstimos	764.706	-	764.706	879.412	-	879.412
Debêntures	28.590.770	-	28.590.770	28.920.107	-	28.920.107
Parcelamento tributário	136.795	-	136.795	227.860	-	227.860
Tributos diferidos	-	(8.054.157)	8.054.157	-	(7.679.853)	7.679.853
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(29.454.286)	29.454.286	-	(27.451.049)	27.451.049
	29.492.271	(37.508.443)	67.000.714	30.027.379	(35.130.902)	65.158.281
Patrimônio líquido						
Capital social	6.000.001	-	6.000.001	6.000.001	-	6.000.001
Reserva legal	379.587	(1.349.656)	1.729.243	1.343.952	(168.680)	1.512.632
Reserva de lucros retidos	-	(59.426.571)	59.426.571	-	(57.499.998)	57.499.998
Reserva de incentivo fiscal	3.361.957	-	3.361.957	1.815.118	-	1.815.118
	9.741.545	(60.776.227)	70.517.772	9.159.071	(57.668.678)	66.827.749
Total do passivo e patrimônio líquido	43.954.270	(98.284.669)	142.238.939	43.823.126	(92.799.580)	136.622.706

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

| Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2020			31/12/2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita/Ingresso						
Disponibilização do sistema de transmissão	11.670.963	10.314.285	1.356.678	14.743.844	9.989.894	4.753.950
Remuneração dos ativos de contrato	-	(13.192.791)	13.192.791	-	(12.775.329)	12.775.329
Receita de O&M	-	(1.164.262)	1.164.262	-	(1.107.981)	1.107.981
Tributos						
PIS - PASEP e Cofins	(1.079.564)	-	(1.079.564)	(1.362.911)	(360.141)	(1.002.770)
PIS e Cofins diferidos	-	374.304	(374.304)	-	360.141	(360.141)
Encargos - Parcela "A"	(537.702)	-	(537.702)	(4.759.659)	-	(4.759.659)
Receita líquida	10.053.697	(3.668.464)	13.722.161	8.621.274	(3.893.416)	12.514.690
Custos gerenciáveis - "Parcela B"						
Pessoal e administradores	(260.949)	-	(260.949)	(368.215)	-	(368.215)
Material	(24.003)	-	(24.003)	(70.788)	-	(70.788)
Serviços de terceiros	(2.133.611)	-	(2.133.611)	(2.192.472)	-	(2.192.472)
Seguros	(65.022)	-	(65.022)	(91.563)	-	(91.563)
Tributos	(26.912)	-	(26.912)	(66.600)	-	(66.600)
Gastos diversos	(359.911)	-	(359.911)	(20.944)	-	(20.944)
Doações, contribuições e subvenções	(16.909)	-	(16.909)	(20.830)	-	(20.830)
Arrendamento e aluguéis	(24.100)	-	(24.100)	(93.286)	-	(93.286)
Depreciação	(1.455.057)	(1.442.321)	(12.736)	(1.339.430)	(1.327.023)	(12.407)
Resultado por atividade	5.687.223	(5.110.785)	10.798.008	4.357.146	(5.220.439)	9.577.585
Resultado financeiro	(3.160.029)	-	(3.160.029)	(941.986)	-	(941.986)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.527.194	(5.110.785)	7.637.979	3.415.160	(5.220.439)	8.635.599
IRPJ e CSLL corrente	(1.302.529)	-	(1.302.529)	(1.452.295)	1.815.118	(3.267.413)
IRPJ e CSLL diferido	-	2.003.236	(2.003.236)	-	(1.009.720)	1.009.720
Lucro líquido do exercício	1.224.665	(3.107.549)	4.332.214	1.962.865	(4.415.041)	6.377.906

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

23.1. Ativo contratual de concessão:

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e IPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculada a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

23.2. Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da CPC 47 nas Demonstrações Contábeis Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão, vide nota de ajuste 23.1. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado e ativo intangível, reconhecidas na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados pelo valor homologado na ANEEL. Como a Companhia não está sujeita a revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

23.3. Imposto de renda e contribuição social diferido

Conforme detalhado na nota de ajuste 23.1, os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados das demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferido.

23.4. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

| Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido societário	70.517.772	66.827.749
Exclusão (exercício corrente)		
Ativo de contrato de concessão	(5.485.089)	(5.220.439)
PIS e COFINS diferido	374.304	360.141
IR e CS diferido	2.003.236	(1.009.720)
Exclusão (exercícios anteriores)		
Ativo de contrato de concessão	(92.799.580)	(87.579.141)
PIS e COFINS diferido	7.679.853	7.319.712
IR e CS diferido	27.451.049	28.460.769
Patrimônio líquido regulatório	9.741.545	9.159.071

23.5. Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção e a receita remuneração do ativo financeiro, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos da CPC 47 são desconsiderados.

23.6. Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste 23.1, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso PIS e COFINS diferido.

23.7. Lucro líquido do exercício

As diferenças entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito do CPC 47, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Ourilândia do Norte Transmissora de Energia S.A.

Notas Explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

| Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Valores expressos em reais (R\$)



	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício societário	4.332.214	6.377.906
Exclusão		
Receita bruta (CPC 47)	(4.042.768)	(3.893.416)
PIS e COFINS diferido (CPC 47)	374.304	-
IR e CS diferido (CPC 47)	2.003.236	(1.009.720)
Ajuste de incentivo fiscal	-	1.815.118
Depreciação e amortização	(1.442.321)	(1.327.023)
Lucro líquido do exercício regulatório	1.224.665	1.962.865

Américo Fialdini Júnior

Diretor Presidente

Fernando Machado dos Santos

Contador